Relatório e Contas 2015

COFRE
DE PREVIDÊNCIA

Índice

Mensagem do Presidente 3

RELATÓRIO 4

I – APRESENTAÇÃO DO COFRE 4

II – EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE 11

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 13

IV. – A CONCRETIZAÇÃO DE 2015 E A PREVISÃO PARA O ANO DE 2016 19

MAPAS OBRIGATÓRIOS 21

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 22

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 23

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA 24

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERIODO DE 2014 E 2015 25

ANEXO 26

MAPAS COMPLEMENTARES 45

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2015 46

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2015 48

CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2015 49

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 50

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 54

Mensagem do Presidente

O relatório e contas que deixamos à consideração dos Venerandos Sócios traduz o que a gestão do CA e os vários departamentos do Cofre conseguiram no ano de 2015, incluindo as decisões de planificação, nem sempre fáceis, num quadro de instabilidade económica, financeira e política que em termos gerais assolou o País e naturalmente se transmitiu ao Cofre pois todos trabalhamos na Administração Pública ou estamos aposentados.

Mas igualmente a instabilidade emocional atingiu-nos com os acontecimentos de 10 de Julho marcados pelas notícias difundidas, nem sempre claras, sobre a realidade Cofre e pronunciados por actos na sua maior parte estatutariamente consagrados e há anos praticados por todos os que nos antecederam na gestão do Cofre.

Mas "quem não deve não teme" e o estar bem com a nossa consciência é fundamental para olhar de frente para todos, nomeadamente para aqueles que, procurado dificultar a nossa gestão com todo o tipo de querelas, agem apenas com um intuito, atingir os seus fins sem olhar a meios, mesmo que para isso se beneficiem os interesses privados em detrimento dos do Cofre.

Apesar dessa realidade dura, duríssima, ao fim de 40 anos de exercício na Administração Pública sem mácula, magoa muito. Todavia soubemos ter a serenidade necessária para continuar com a nossa gestão e terminar o exercício com uma diferença substancial do prejuízo verificado no ano anterior como se constata dos números apresentados e comentados no balanço.

Não fora a constituição de uma provisão pela indemnização ao anterior prestador de serviços da Quinta, a quem denunciámos em tempo o contrato e o rescindimos no Vau por quebra de confiança, no valor de 202.500,00 €, os custos de patrocínio judicial a ele adjacentes e a outros processos; o reforço da provisão para a responsabilidade dos "Gastos de previdência social" de 1.067.324,29€ e o valor percentual resultante do estudo atuarial, aquele resultado seria naturalmente positivo.

Finalmente, não podemos deixar de lembrar a aprovação por duas vezes, nas Assembleias Gerais de 26/01/2015 e de 14/12/2015 dos Orçamentos, respectivamente, de 2015 e 2016, onde se encontrava a alienação da Rua dos Sapateiros e nesta última à aquisição do edifício das Estrada das Laranjeiras, as quais permitiram dar seguimento por parte do CA às acções de venda e compra e que foram objecto de uma providencia cautelar.

Cofre, no dia 7 de Abril do ano de 2016

O Presidente do CA,

Américo Tomé Jardim

O autor do texto, por opção, não aderiu ao acordo ortográfico

RELATÓRIO

Venerandos Sócios

Em cumprimento dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado trazemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas do exercício relativo ao ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2015.

I – APRESENTAÇÃO DO COFRE

1.MOVIMENTO ASSOCIATIVO

ANÁLISE NO TRIÉNIO

	Sócios	2013	2014	2015	%2013/2015
Entradas	Admitidos	587	671	824	40,37
	Readmitidos	20	19	21	5,00
	Total	607	690	845	39,21
Saídas	Eliminados:				
	Por incumprimento a)	215	212	270	25,58
	A pedido do sócio b)	447	360	222	-50,34
	Total Eliminados	662	572	492	-25,68
	Falecidos	745	750	788	5,77
	Total Eliminados + Falecidos	1.407	1.322	1.280	-9,03
	Existentes	**50.363**	**49.731**	**49.296**	**-2,12**

Quadro I

a) Apesar da crise a subida não foi significativa;
b) Houve uma diminuição (os motivos dos pedidos de eliminação são essencialmente financeiros e pessoais).

Como se pode verificar pelo quadro I, a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se por um decréscimo do número total de sócios, apesar do número significativo de novas admissões 2082, apesar de todo o trabalho realizado no âmbito da angariação e recuperação, ainda não colmataram o número de sócios perecidos e eliminados.

1.1.DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR DISTRITOS

A distribuição geográfica dos sócios pelo País corresponde na generalidade à distribuição dos funcionários públicos, com exceção dos distritos de Lisboa e de Setúbal, onde ultrapassa em dezassete mil duzentos e vinte e dois o número de sócios dos restantes distritos.

Distribuição dos sócios por distritos	
Distrito	**Nº Sócios**
Lisboa	23.217
Setúbal	9.057
Porto	3.673
Santarém	1.799
Faro	1.109
Coimbra	1.094
Portalegre	1.001
Leiria	976
Aveiro	935
Braga	869
Évora	787
Viseu	740
Castelo Branco	570
Viana do Castelo	451
Vila Real	429
Beja	410
Guarda	359
Ilha da Madeira	276
Bragança	244
Ilha de São Miguel	237
Ilha Terceira	161
Estrangeiro	150
Ilha de Santa Maria	67
Ilha do Faial	54
Ilha do Pico	30
Ilha de São Jorge	14
Ilha das Flores	13
Ilha de Porto Santo	6
Ilha da Graciosa	5
Sócios com morada incompleta	563
	49.296

Quadro II

1.2.DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FAIXAS ETÁRIAS

A distribuição dos associados por faixas etárias apresenta-se conforme o gráfico 1, observando-se o seu peso percentual também no Quadro III:

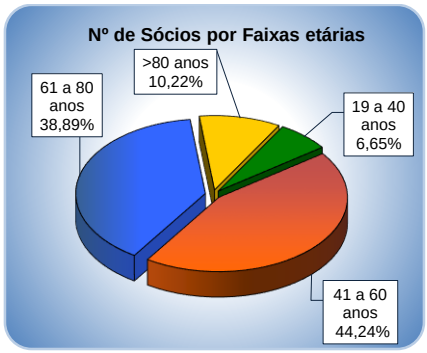


Gráfico I

	2014		2015	
Idades	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
19 a 40 anos	3.890	7,82	3.279	6,65
41 a 60 anos	22.417	45,08	21.808	44,24
61 a 80 anos	18.488	37,18	19.170	38,89
> 80 anos	4.936	9,92	5.039	10,22
Total	**49.731**	**100**	**49.296**	**100,00**

Quadro III

Conforme indicado no quadro III a distribuição dos sócios por faixas etárias é a seguinte: dos 19 aos 40 anos 6,65 %, dos 41 aos 60 anos 44,24 %, dos 61 até ao associado mais idoso (106 anos) 49,11 %.

1.3.COMUNICAÇÃO COM OS SÓCIOS ATRAVÉS DE SUPORTE INFORMÁTICO

Folha Informativa

A folha informativa é enviada bimensalmente aos associados possuidores de endereço eletrónico fornecido ao do Cofre, apelando-se, uma vez mais aos demais possuidores que o enviem para o Departamento de Gestão de Património e Associados ou através do Facebook. No ano em análise, por motivos de ordem técnica nos meses de junho a setembro, foram realizados apenas 15 envios.

Sítio

O sítio do Cofre no ano de 2015 registou uma média mensal de 7.510 visitas únicas, verificando o valor mais elevado durante os meses de abril e de Julho, com uma média de 10.539.

Os acessos únicos (novas visitas) concentram-se maioritariamente em Lisboa, com 64,32 %.

Localização geográfica dos acessos

Percentagem de acessos	
Região	%
Lisboa	64,32
Setúbal	12,37
Porto	6,74
Santarém	2,43
Faro	1,74
Portalegre	1,51
Castelo Branco	1,38
Leiria	1,31
Coimbra	1,21
Évora	1,20
Aveiro	1,08
Braga	1,01
Beja	0,79
Viseu	0,73
Viana do Castelo	0,61
Guarda	0,40
Açores	0,35
Madeira	0,35
Vila Real	0,28
Bragança	0,09
Não identificado	0,10
Total	**100,00**

Quadro IV

As páginas mais consultadas, excluindo as notícias da página de entrada, incidem nas *Regalias, Formulários, Instalações dos Centros de Lazer e Contactos*.

Facebook

O ano 2015 fica assinalado com uma nova realidade, a introdução do Cofre na rede social Facebook.

Desde a sua primeira publicação realizada a 19 de Fevereiro de 2015 até ao final do mês de Dezembro, 2412 pessoas aderiram à página do Cofre. Isto significa que as publicações são recebidas diariamente por cada um destes utilizadores.

A maioria do público alcançado reside em Lisboa, Porto e Setúbal, sendo residual no resto do País. O alcance estende-se a países como Suíça, França, Espanha, Angola ou Reino Unido onde se identifica a existência de sócios emigrados.

Referente à análise de conteúdos, pode afirmar-se que os nossos seguidores dão preferência a publicações sobre as valências Cofre, férias, serviços, regalias e área social.

2.ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

2.1.REEMBOLSO DE VENCIMENTOS PERDIDOS POR MOTIVO DE DOENÇA

No ano de 2015 foram processados 2.498 reembolsos. Este número correspondeu ao montante atribuído de 471.931,98 €.

Comparativamente com o ano de 2014 verificou-se um aumento de 106.765,34 € (29,24 %).

2.2.BOLSA DE ESTUDO E SÉNIOR

No ano de 2015 foram atribuídas 5 bolsas para o ensino superior, 15 para o ensino secundário e 4 bolsas seniores (os valores mensais são de 250,00 € e 75,00 € para as bolsas do ensino superior e secundário respetivamente para um período temporal de 10 meses e entre os 100,00 € e os 350,00 € para as bolsas seniores para um período temporal de 12 meses).

2.3.FINANCIAMENTOS AOS SÓCIOS

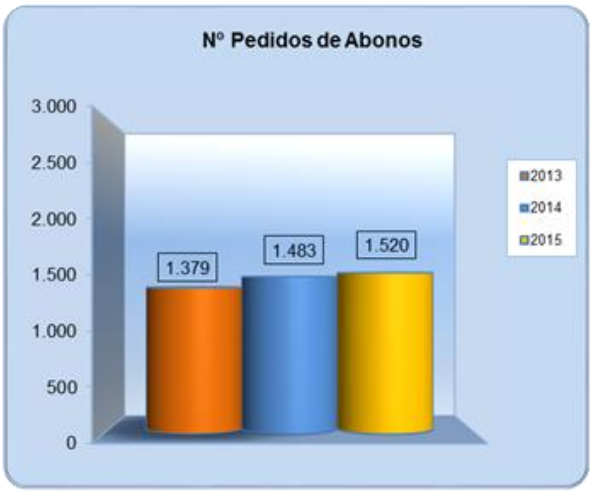
PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

No exercício objeto de análise, foram efetuadas 20 escrituras para satisfação de pedidos de financiamento requeridos no total de 957.283,61 €.

	Registo de pedidos para a aquisição/construção e transferência de hipoteca
Ano 2013	
Inscrições	166
Canceladas	116
Realizadas	10
Saldo ano 2013	40
Ano 2014	
Inscrições	178
Canceladas	3
Realizadas	7
Saldo ano 2014	168
Ano 2015	
Inscrições	153
Canceladas	1
Realizadas	3
Saldo ano 2015	149
Saldo final	**357**

Quadro V

ABONOS REEMBOLSÁVEIS



ANOS	PEDIDOS	VALOR
2013	1.379	5.622.363 €
2014	1.483	6.670.305 €
2015	1.520	6.087.394 €

Gráfico II

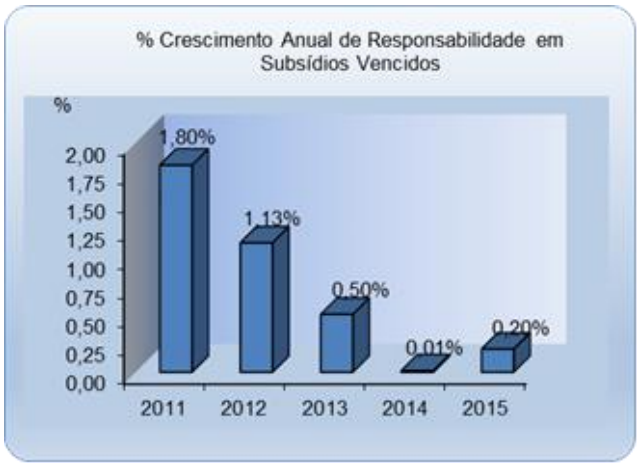
Quadro VI

No financiamento em causa, atenderam-se 1.520 pedidos correspondendo a um total de 6.087.394 €.

2.4.SUBSÍDIOS POR MORTE

RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS PELO COFRE

Os subsídios por morte vencidos ascenderam no final de 2014 a 124.364.730,11€. Em 2015, o valor destas responsabilidades subiu para 124.614.600,25€, equivalendo a um crescimento anual de 0,20 %.



Responsabilidades em Subsídios Vencidos		
Anos	Valor	%
2011	122.348.895,56	1,80
2012	123.727.293,87	1,13
2013	124.350.534,76	0,50
2014	124.364.730,11	0,01
2015	124.614.600,25	0,20

Gráfico III

Quadro VII

O valor médio por sócio no final de 2014 foi de 2.500,75 €, crescendo em 2015 para 2.522,77 €, ou seja um aumento de 0,88 %.

SUBSÍDIOS POR MORTE PROCESSADOS NO ANO

Em 2015, foram conhecidos e concluídos 788 processos de subsídio por morte, no valor total de 611.115,96 €. Relativamente a 2014 houve uma diminuição de 31.062,64 € (5,36 %).

2.5.RENDAS VITALÍCIAS

No decurso do exercício de 2015 e em conformidade com o Art.º 25º dos Estatutos, 40 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor, menos 20 do que no ano anterior.

2.6.CENTROS DE LAZER

2.6.1.A Unidade de Turismo Rural, na Covilhã, registou 32,06 % de ocupação em 2015, enquanto em 2014 a ocupação foi de 33,69 %, ou seja uma diminuição de 1,63 %.

2.6.2.O Centro de Lazer, na Praia do Vau, registou em 2015 uma média de ocupação mensal de 46,96 %. Em 2014 aquela percentagem foi de 44,70 %, sendo o seu aumento de 2,26 %.

2.7.VIAGENS E TURISMO

Em 2015 sessenta e nove associados e oitenta e três familiares beneficiaram do protocolo existente com a Agência de Viagens Abreu

2.8.RESIDÊNCIAS SENIORES

2.8.1.A Residência de Loures registou uma ocupação de 84,64 % da sua capacidade de 51 utentes, ou seja uma diminuição de 3,76 % relativamente a 2014.

2.8.2.A Residência de Vila Fernando, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 88,89 % da capacidade instalada, ou seja menos 5,00 % relativamente a 2014.

2.9.RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

2.9.1. A Residência universitária de Lisboa registou uma ocupação de 73,85 % da sua capacidade para 29 residentes, em 2014 a ocupação foi de 68,68 %, mais 5,17 % de ocupação.

2.9.2. A Residência universitária do Porto registou uma ocupação de 87,78 % da capacidade para 15 residentes. No ano de 2014 a ocupação foi de 41,11 %, ou seja duplicou a ocupação.

II – EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE

De entre todas as atividades desenvolvidas destacamos as que, pelo seu peso, merecem aqui referência.

1.QUOTIZAÇÃO

Em 2015 os rendimentos provenientes das quotas registaram uma tendência de crescimento verificado nos últimos anos (quadro VIII). No final do exercício os rendimentos em causa totalizaram 3.411.607,20 € (+1,20%), manteve-se igualmente a tendência de crescimento do valor médio anual/sócio, de 67,79 € para 69,21 € (+2,09 %) neste exercício.

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 46,71 %.

Gráfico IV

A interpretação numérica do gráfico 4 encontra-se no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização no fim de cada exercício, como segue no quadro VIII.

EVOLUÇÃO DA QUOTIZAÇÃO EM 1000 €							
ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (1)		QUOTIZAÇÃO ANUAL NO FIM DO EXERCÍCIO			MÉDIA ANUAL QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº SÓCIOS	VALOR	Nº SÓCIOS	VALOR	%CRESCIM	VALOR	%CRESCIM
2009	53.333	3.207,88	52.944	3.221,13	1,42%	0,06084	2,17%
2010	52.944	3.273,26	52.453	3.294,64	2,28%	0,06281	3,24%
2011	52.453	3.329,04	51.975	3.347,93	1,62%	0,06441	2,55%
2012	51.975	3.368,74	51.163	3.376,47	0,85%	0,06599	2,45%
2013	51.163	3.381,26	50.363	3.370,56	-0,18%	0,06693	1,41%
2014	50.363	3.374,22	49.731	3.371,20	0,02%	0,06779	1,28%
2015	49.731	3.391,47	49.296	3.411,61	1,20%	0,06921	2,09%
2016	49.296	3.440,34					
(1) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente (Mapa de Movimento Associativo e Quotização)							

Quadro VIII

2.FINANCIAMENTOS

O financiamento direto à aquisição de habitação e obras de beneficiação foi de 957.283,61 €.

O financiamento de outras despesas através dos "subsídios reembolsáveis" revelou um aumento em número de pedidos (+37) e a uma redução quanto ao montante concedido (-582.911 €), em virtude do valor máximo de empréstimo diminuir de 8000,00€ para 5000,00 €. Como se disse com esta alteração promovemos este benefício a mais sócios.

O rendimento desta atividade ascendeu a 1.573.218,20 €, traduzindo um acréscimo de 1,47 % em relação ao ano de 2014.

3.PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2015 o rendimento resultante das Residências Seniores e Universitárias, Unidade de Turismo Rural da Covilhã e Centros de Lazer do Vau ascenderam a 1.612.561,90 €, mais 38.364,21 € relativamente a 2014 (+2,44 %). (quadro IX).

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 22,08 %.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2014		2015		Δ %
	Valor	**%**	**Valor**	**%**	
Residência para Seniores - Loures	532.118,38	33,80	540.343,26	33,51	1,55
Residência para Seniores - Vila Fernando	313.709,72	19,93	300.706,72	18,65	-4,14
Centro de Férias - Vau	439.667,54	27,93	438.002,40	27,16	-0,38
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	206.995,47	13,15	230.709,45	14,31	11,46
Residência Universitária - Porto	20.760,43	1,32	41.309,68	2,56	98,98
Residência Universitária - Lisboa	60.946,15	3,87	61.490,39	3,81	0,89
Total	**1.574.197,69**	**100,00**	**1.612.561,90**	**100,00**	**2,44**

Quadro IX

4.ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2015, a atividade relacionada com o arrendamento urbano diminuiu em relação ao ano anterior.
O peso percentual desta atividade no conjunto é de 4,06 %.

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório, tal como nos anteriores, analisamos o desempenho de gestão e suas repercussões na situação económica e financeira do Cofre por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assenta em 4 pontos básicos:

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES
2. CRESCIMENTO
3. RENTABILIDADE
4. RESERVAS MATEMÁTICAS

Sendo a análise construída por comparação com valores de exercícios anteriores, importa sustentar a construção das peças integrantes das Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), principalmente os "Mapas" que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico.

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES

1.1. RENDIMENTOS E GANHOS

RENDIMENTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	QUOTAS	RENDAS PROPRIEDADES INVESTIMENTO	JUROS*	OUTROS**	TOTAL
SEDE	22.748,48	3.411.607,20		1.728.499,87	231.406,57	5.394.262,12
RESIDÊNCIA SENIOR DE LOURES	540.343,26					540.343,26
RESIDÊNCIA SENIOR DE VILA FERNANDO	300.706,72					300.706,72
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	41.309,68					41.309,68
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	61.490,39					61.490,39
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	438.002,40					438.002,40
UNID. TURISMO COVILHÃ	230.709,45					230.709,45
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO			296.271,82			296.271,82
TOTAL	**1.635.310,38**	**3.411.607,20**	**296.271,82**	**1.728.499,87**	**231.406,57**	**7.303.095,84**

*Inclui juros de financiamento e das aplicações financeiras e depósitos a prazo.

**Inclui proveitos: subsídios prescritos, correções de exercícios anteriores e reversões de imparidades que ascendem a 95.216,20 €.

Quadro X

RENDIMENTOS E GANHOS COMPARAÇÃO 2014 E 2015

Rendimentos e ganhos	2014		2015		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Vendas e Prestações serviços	1.589.678,96	21,90	1.635.310,38	22,39	2,87
Quotas	3.371.202,85	46,43	3.411.607,20	46,71	1,20
Rendas propriedades de investimento	324.298,68	4,47	296.271,82	4,06	-8,64
Juros	1.700.047,35	23,41	1.728.499,87	23,67	1,67
Outros	275.201,43	3,79	231.406,57	3,17	-15,91
Total	**7.260.429,27**	**100,00**	**7.303.095,84**	**100,00**	**0,59**

Quadro XI

Os valores percentuais de seguida referidos são calculados relativamente ao total de rendimentos.

1.1.1.Os rendimentos relativos a "Vendas e Prestações de Serviços" realizadas nas Residências Seniores e Universitárias, Centros de lazer da Covilhã e Centro de Lazer do Vau e comissões auferidas ascendem a 1.635.310,38 €, correspondendo a 22,39 % do total global dos rendimentos.

1.1.2.O valor de "Quotas" ascendeu a 3.411.607,20 €, representando 46,71 % do total global dos rendimentos.

1.1.3.As rendas dos imóveis contribuíram com 296.271,82 €, correspondendo a 4,06 % do total global dos rendimentos. A razão do rendimento apresentar um valor pouco significativo explica-se pelo montante baixo das rendas antigas as quais, devido ao parco rendimento das pensões ou aposentações dos arrendatários, ainda não foram atualizadas.

Nos rendimentos provenientes de "propriedades de investimento", estão também incluídas as lojas do Centro Lazer do Vau.

1.1.4.O apoio financeiro aos associados é variável em função do financiamento concedido, para aquisição de habitação própria, obras e abonos reembolsáveis. O conjunto desta atividade acrescido dos juros obtidos (depósitos a prazo) representa 23,67 % do total global dos rendimentos.

1.2.GASTOS

GASTOS POR NATUREZA / ACTIVIDADES	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	FORNEC. E SERVIÇOS EXTERNOS	GASTOS C/ PESSOAL	GASTOS DE DEP. E AMORT. DE BENS	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS COM PROP. INVEST.	OUTROS	JUROS	TOTAL
SEDE		527.558,97	1.445.353,50	114.905,45	2.191.257,57		273.632,94	1.303,60	**4.554.012,03**
RESIDÊNCIA DE LOURES		334.450,63	580.776,12	149.824,67					**1.065.051,42**
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO		180.918,17	290.432,86	52.558,48					**523.909,51**
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO		36.350,19	17.569,35	36.991,94					**90.911,48**
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA		41.917,27	28.510,02	38.701,94					**109.129,23**
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)		122.676,30	150.925,10	214.396,21					**487.997,61**
UNID. TURISMO COVILHÃ	21.209,04	186.257,05	207.388,00	243.482,92					**658.337,01**
PROPRIEDADES DE INVEST.				155.789,57		55.486,39			**211.275,96**
TOTAL	**21.209,04**	**1.430.128,58**	**2.720.954,95**	**1.006.651,18**	**2.191.257,57**	**55.486,39**	**273.632,94**	**1.303,60**	**7.700.624,25**

Os gastos diretamente relacionados com as atividades operacionais constam do seguinte quadro:
a) Nesta rúbrica estão também incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social
b) Nesta rúbrica está incluído o reforço da provisão do processo judicial em curso no valor de 202.950,00 €.

Quadro XII

GASTOS COMPARAÇÃO 2014 E 2015

Gastos	2014		2015		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	21.209,04	0,28	
Fornecimento e serviços externos	1.409.375,89	15,37	1.430.128,58	18,57	1,47
Gastos com o pessoal	2.619.276,00	28,56	2.720.954,95	35,33	3,88
Gastos de depreciação e amortização de bens	1.000.135,84	10,91	1.006.651,18	13,07	0,65
Gastos de previdência social	2.697.226,80	29,41	2.191.257,57	28,46	-18,76
Encargos com propriedades de investimento	54.204,53	0,59	55.486,39	0,72	2,36
Juros	169,84	0,00	1.303,60	0,02	667,55
Outros	1.389.866,98	15,16	273.632,94	3,55	-80,31
Total	**9.170.255,88**	**100,00**	**7.700.624,25**	**100,00**	**-16,03**

Quadro XIII

Os números apresentados merecem-nos os seguintes explicações:

1.2.1.Os "Fornecimentos e serviços externos" onde se incluem a eletricidade, água, gás, conservação e reparação e outros gastos essenciais ao exercício das atividades, totalizam 1.430.128,58 € correspondendo a 18,57 % do total dos gastos.

Comparativamente com 2014 verificamos um acréscimo de 1,47 % devido ao acréscimo de diversas reparações no Centro de Lazer do Vau e Covilhã e do aumento dos serviços de limpeza nas Residências universitárias, pela contratação de uma empresa de serviços de limpeza.

1.2.2.Os "Gastos com o pessoal" somam 2.720.954,95 €, representando 35,33 % do total dos gastos. Esta rubrica é das mais influentes no total dos gastos e sofreu em 2014 um aumento de 3,88 %, devido às contratações nos períodos sazonais nos Centros de Lazer do Vau e da Covilhã.

1.2.3.As "Amortizações" correspondem às depreciações dos bens móveis e imoveis, que representam 13,07 % do total dos gastos; houve um aumento de 0,65 %, pelo facto de início de depreciação dos aparelhos de ar condicionado no Centro de Lazer do Vau.

1.2.4.Os "Gastos p/ benefícios de previdência social" são os gastos com subsídios por morte, reembolsos de vencimentos perdidos por doença que, entre outros, totalizam 2.191.257,57 € representando 28,46 % do total global dos gastos. Nos gastos de previdência social estão incluídos os reforços da provisão calculada com base em estudo atuarial (1.067.324,29 € em 2015 e 1.618.802,85 € em 2014) o valor desceu 551.478,56 €, menos 34,07 %.

1.2.5.Relativamente à rubrica de Outros gastos salienta-se que, enquanto em 2014 foi registada uma imparidade de 1.002.122,55 Euros, em 2015 verificou-se uma reversão de 82.469,92 Euros.

RESULTADOS DAS ATIVIDADES

RENDIMENTOS E GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	RENDIMENTOS/ GANHOS	GASTOS	RESULTADO	RESULTADO	Variação valor
			2014	2015	
SEDE	5.394.262,12	4.554.012,03	-823.020,66	840.250,09	1.663.270,75
RESIDÊNCIA DE LOURES	540.343,26	1.065.051,42	-489.016,26	-524.708,16	-35.691,90
RESIDÊNCIA DE VILA FERNANDO	300.706,72	523.909,51	-220.904,48	-223.202,79	-2.298,31
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	41.309,68	90.911,48	-48.770,35	-49.601,80	-831,45
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	61.490,39	109.129,23	-71.150,31	-47.638,84	23.511,47
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	438.002,40	487.997,61	-1.737,24	-49.995,21	-48.257,97
UNID. TURISMO COVILHÃ	230.709,45	658.337,01	-375.256,06	-427.627,56	-52.371,50
PRÉDIOS DE RENDIMENTO	296.271,82	211.275,96	120.028,75	84.995,86	-35.032,89
TOTAL	**7.303.095,84**	**7.700.624,25**	**-1.909.826,61**	**-397.528,41**	**1.512.298,20**

Quadro XIV

O quadro acima apresentado mostra-nos os resultados das diversas atividades desenvolvidas pelo Cofre em 2015, comparadas com as do ano de 2014 e apresentando a sua variação.

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

1.2.6.Na Sede a variação é positiva no montante de 1.663.270,75 €. Esta variação é resultado da reversão da imparidade de dívidas de cobrança duvidosa, pois houve inversão da provisão, no exercício de 2014 a provisão aumentou 1.002.122,55 €.

1.2.7.A Residência de Loures apresenta igualmente uma variação negativa 35.691,90 €. Este resultado é justificado pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos pelo aumento da conservação e reparação na Residência.

1.2.8.A residência de Vila Fernando apresentou um resultado negativo no valor de 2.298,31 €, este resultado é justificado pela diminuição dos rendimentos resultante da diminuição da ocupação da residência.

1.2.9.O Centro de Lazer da Covilhã apresentou uma evolução negativa em virtude do aumento dos gastos com o pessoal, pelo aumento de contratações nos períodos sazonais nos Centros de Lazer da Covilhã.

1.2.10.O Centro Férias do Vau apresentou um resultado negativo em 48.257,97 € pela depreciação dos aparelhos de ar condicionado no Centro de Lazer do Vau.

1.2.11.No que se refere aos "Prédios de Rendimentos", registou-se uma descida de 35.032,89 € sobretudo pela descida do número de imóveis arrendados.

2.CRESCIMENTO

2.1.RENDIMENTOS

2.1.1.A quotização em 2015 representou 3.411.607,20 € €, contribuindo com 46,71 % para o total dos rendimentos. Houve um decréscimo, em termos percentuais, que foi de 1,20 % relativamente a 2014.

2.1.2.As “Prestações de serviços” em 2015 totalizaram 1.635.310,38 €, verificando-se uma variação positiva de 2,87 %, relativamente ao ano 2014, sobretudo pelo aumento da ocupação na Residência Universitária do Porto.

2.1.3.Os resultados das aplicações financeiras efetuadas mostram-nos um resultado negativo de 48,90 %, correspondendo esta percentagem à variação entre 37.267,00 € do ano de 2015 e 72.923,27 € do ano de 2014, a qual se deveu à diminuição das taxas de juros.

2.1.4.Nos Apoios financeiros estão englobados os empréstimos para aquisição de habitação e para obras e ainda os abonos reembolsáveis, a sua variação foi positiva em 1,67 %, o qual corresponde à diferença entre o rendimento obtido no ano de 2014 e de 2015, no montante de 28.452,52 €, tal facto deve-se à subida do número de empréstimos concedidos em abono reembolsáveis.

2.1.5.Em consequência da valorização dos Títulos da Dívida Pública, reconheceu-se o correspondente ganho no montante de 12.746,28 €. O Fundo de Tesouraria teve uma desvalorização, levando ao reforço da provisão existente no valor de 199,58 €.

2.2.GASTOS

2.2.1.Os “Gastos com o pessoal” aumentaram em 2015, pois em 2014 o valor foi de 2.619.276,00 e em 2015 aumentou para 2.720.954,95 €. Esta variação deveu-se ao aumento de contratações de funcionários para os períodos sazonais nos Centros de Lazer.

2.2.2.As “Imparidades de dívidas a receber” resultaram do aumento das dívidas consideradas de cobrança duvidosa. No ano de 2015 houve uma reversão do valor da divida em 82.469,92 € enquanto no ano de 2014 reforçou-se a imparidade no montante de 1.002.122,55 €. Este ajustamento inclui as dívidas do cartão de saúde referentes à anuidade de 2014/2015, onde o valor foi de 26.306,36 €.

2.2.3.A provisão para a responsabilidade dos “Gastos de previdência social” aumentou de 1.618.802,85 € em 2014 e em 2015 o valor aumentou 1.067.324,29 € situação que decorre do estudo atuarial efetuado.

Está representada no gráfico 5 a repartição entre gastos e proveitos dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes – gastos e proveitos-já foram anteriormente apresentados.

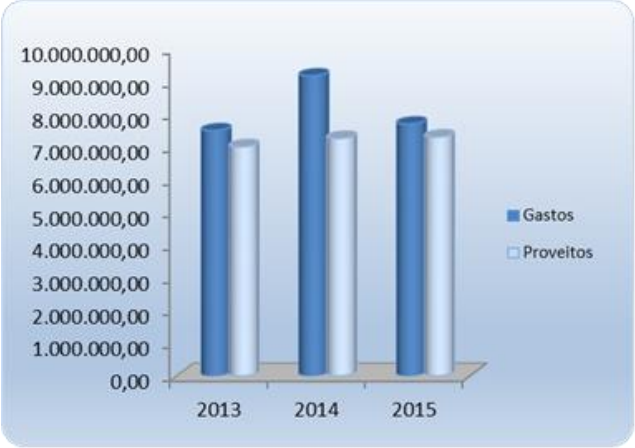


Gráfico V

Anos	Gastos	Proveitos
2013	7.495.319,42	7.004.873,99
2014	9.170.255,88	7.260.429,27
2015	7.700.624,25	7.303.095,84

Quadro XV

3.RENTABILIDADE

De referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor dos investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

3.1.A rendibilidade bruta da quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, continua a situar-se em 2,76 %. Deduzindo-se os gastos de Previdência Social, aquela rendibilidade desce para 0,98 %.

3.2.A remuneração bruta dos Financiamentos à habitação e outras despesas, calculadas em função da média dos capitais envolvidos, teve um resultado positivo correspondente a 5,23 %.

3.3.Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual semelhante ao do ano anterior, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

4.RESERVAS MATEMÁTICAS [1]

No ano de 2015, foi reforçada a provisão e incorporada nos "Gastos de previdência social" para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo atuarial à data de 31 de Dezembro de 2015, ou seja:

Referente a subsídios por morte	13.067.703,04 €
Referente a pensões de reforma e sobrevivência	163.730,65 €

Em conclusão:

4.1.Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação dos Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Exercício foi de menos 397.528,41 €. A natureza deste resultado reflete, no essencial, à constituição de uma provisão pela indemnização ao sócio gerente da empresa "Joaquim Matos Silva, Unipessoal, Lda.", o anterior prestador de serviço da Quinta e do Vau, no valor de 202.500,00 € e o reforço da provisão para a responsabilidade dos "Gastos de previdência social" que aumentaram 1.067.324,29 € de 2014 para 2015.

[1] As Reservas Matemáticas são para garantir o pagamento de subsídios por morte e rendas vitalícias.

IV. – A CONCRETIZAÇÃO DE 2015 E A PREVISÃO PARA O ANO DE 2016

Como sabemos no último ano apesar das dificuldades todos constatámos a continuação do crescimento do Cofre nas suas diferentes áreas e como prova disso são os resultados apresentados. Na verdade, e como podem constatar, este ano o resultado líquido apesar de negativo em 397.528,41€ reflete o esforço de todos na concretização do objetivo de diminuir os resultados negativos.

Para isso contribuiu a racionalização dos custos (gastos), a inexistência de horas extraordinárias nos serviços administrativos exceto as indispensáveis, como foram o caso das Residências Seniores, e o resultado dos investimentos efetuados em todos os nossos espaços tornando-os mais confortáveis e por isso mesmo mais procurados.

Mas aquele resultado tendo em conta, a constituição de uma provisão pela indemnização ao sócio gerente da empresa "Joaquim Matos Silva, Unipessoal, Lda.", o prestador de serviços da Quinta e do Vau, no valor de 202.500,00 €, e os custos de patrocínio judicial a ele adjacentes; o reforço da provisão para a responsabilidade dos "Gastos de previdência social" de 1.067.324,29 € e o valor percentual resultante do estudo atuarial, aquele resultado seria naturalmente positivo.

A situação económica e financeira precária de Portugal, à qual como temos dito o Cofre não está imune, as dificuldades que alguns procuram criar à gestão prejudicando o Cofre colocando-se ao lado de interesses privados como temos denunciado, deve consubstanciar em todos nós uma vontade ainda mais forte para as ultrapassar. No Cofre temo-la sentido excecionando os nossos Centros de Lazer, onde essa dificuldade não aconteceu, pelo contrário, aumentou o número de visitantes.

Vamo-nos repetir, mas na verdade aquele aumento deveu-se a vários fatores, ao trabalho desenvolvido pelos trabalhadores destas áreas, às campanhas efetuadas, à diminuição do custo dos apartamentos, à oferta na restauração e a um número variado de atividades oferecidas.

Por outro lado aumento do apoio financeiro oferecido aos nossos Associados como podemos constatar sendo exemplo disso os reembolsos efetuados, os quais totalizaram 471 391,98€, em resultado da perda salarial por motivos de doença, o apoio social e a solidariedade do Cofre foram uma realidade.

Para 2016, como dissemos no plano de atividades, a nossa perspetiva, apesar de continuar a ser difícil, se as promessas feitas pelo atual Governo forem consubstanciadas na prática, vai naturalmente permitir-nos, enquanto trabalhadores da Administração Pública, algum desafogo. Todavia enquanto isso não acontecer temos de continuar a apoiar os sócios mais carenciados para poderem cumprir as suas obrigações.

Nas nossas áreas de atuação, nomeadamente nos centros de lazer as perspetivas no primeiro trimestre, do ano em curso, foram animadoras, esperemos que assim continuem.

O nosso pensamento conjunto, como temos dito, tem de continuar a ser positivo elemento essencial para lutarmos contra o negativismo.

Como dissemos, apesar das dificuldades, será mais um desafio para vencer investindo na melhoria dos benefícios, na prestação dos nossos serviços e continuar a ajudar os nossos descendentes na educação, na formação e ajudar os mais necessitados.

Para isso é fundamental a ajuda e a união de todos os Associados, Colaboradores e Trabalhadores e a sua força conseguiremos honrar os objetivos sociais da nossa secular Instituição.

A conclusão de alguns dos objetivos traçados no início de 2015, apesar das dificuldades, não teria sido possível sem a contribuição, empenho, esforço e dedicação de todos os que connosco colaboram nas mais diversas áreas.

Aqui deixamos expresso o nosso agradecimento e um incentivo muito forte para assim continuarem.

Cofre, no dia 7 de Abril do ano de 2016.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

AMÉRICO TOMÉ JARDIM

MARIA MANUELA CHARRUA FRANCO

FRANCISCO MANUEL FELICIANO PINTEUS

MARIA CATARINA GONÇALVES DOS SANTOS

VÍTOR CALADO LUZ

MAPAS OBRIGATÓRIOS

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	7	23.584.269,98	24.899.967,82
Propriedades de Investimento	8	7.919.157,31	6.696.140,67
Ativos Intangíveis	9	7.055,96	10.787,23
Investimentos Financeiros	12.5	396.549,59	384.002,89
Associados	12.1	25.969.973,65	26.091.814,53
		57.877.006,49	58.082.713,14
ATIVO CORRENTE			
Inventários		7.269,45	0,00
Clientes	12.1	172.196,92	120.076,72
Estado e Outros Entes Públicos	13	0,00	4.309,72
Associados	12.1	4.470.530,36	4.767.226,56
Outras Contas a Receber	12.1	266.118,65	191.457,60
Diferimentos	14	262.598,36	108.740,48
Ativos não correntes detidos para venda	7	1.071.986,32	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	4	4.146.706,32	3.946.618,76
		10.397.406,38	9.138.429,84
Total do Ativo		68.274.412,87	67.221.142,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	15	49.311.514,61	51.221.341,22
Outras Variações no Fundos patrimoniais	15	3.426.734,25	3.427.415,03
		52.738.248,86	54.648.756,25
Resultado Líquido do Período		-397.528,41	-1.909.826,61
		-397.528,41	-1.909.826,61
Total do Fundo de Capital		52.340.720,45	52.738.929,64
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	13.676.367,14	12.406.092,85
		13.676.367,14	12.406.092,85
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12.2	132.483,28	217.394,43
Adiantamentos de Clientes	12.2	16.766,88	16.190,39
Estado e Outros Entes Públicos	13	99.622,16	122.676,34
Associados	12.2	683.474,67	632.277,57
Financiamentos Obtidos	12.4	14.747,26	26.210,62
Diferimentos	14	256.265,32	195.217,94
Outras Contas a Pagar	12.2	1.053.965,71	866.153,20
		2.257.325,28	2.076.120,49
Total do Passivo		15.933.692,42	14.482.213,34
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		68.274.412,87	67.221.142,98

A Técnica Oficial de Contas

Gisela Carvalho Pinto Martins

TOC nº 73.248

O Conselho de Administração

Américo Tomé Jardim

Francisco Manuel Feliciano Pinteus

Vitor Calado Luz

Maria Catarina Gonçalves dos Santos

Maria Manuela Charrua Franco

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	1.635.310,38	1.589.678,96
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-21.209,04	0,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.430.128,58	-1.409.375,89
Gastos com o pessoal	17	-2.720.954,95	-2.619.276,00
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	12.5	-199,58	-1.002.122,55
Provisões (aumentos/reduções)	11	-202.950,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	12.3 e 12.5	95.216,20	110.981,67
Outros rendimentos e ganhos	10	3.844.069,39	3.859.721,29
Outros gastos e perdas	18	-2.317.227,32	-3.139.175,76
Resultados antes de depreciação		-1.118.073,50	-2.609.568,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-1.006.651,18	-1.000.135,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.124.724,68	-3.609.704,12
Juros e rendimentos similares obtidos	10	1.728.499,87	1.700.047,35
Juros e gastos similares suportados		-1.303,60	-169,84
Resultados antes de impostos		-397.528,41	-1.909.826,61
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		-397.528,41	-1.909.826,61
		-397.528,41	-1.909.826,61

A Técnica Oficial de Contas

Gisela Carvalho Pinto Martins
TOC nº 73.248

O Conselho de Administração

Américo Tomé Jardim
Francisco Manuel Feliciano Pinteus
Vitor Calado Luz
Maria Catarina Gonçalves dos Santos
Maria Manuela Charrua Franco

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 — UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes/associados		13.787.734,16	12.569.188,26
Pagamentos a clientes/associados		-7.420.259,02	-7.949.864,98
Pagamentos a fornecedores		-1.907.712,19	-1.799.195,61
Pagamentos ao pessoal		-1.885.637,54	-1.845.183,25
Caixa gerada pelas operações		2.574.125,41	974.944,42
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-934.782,46	-746.482,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.639.342,95	228.462,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-669.000,12	-872.065,24
Ativos intangíveis		-5.147,12	-1.349,38
Propriedades de investimento		-1.112.254,03	-825.611,41
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Rendas de propriedades de investimento		289.620,14	291.438,61
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		57.525,74	71.684,83
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.439.255,39	-1.335.902,59
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		200.087,56	-1.107.440,41
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período	4	3.946.618,76	5.054.059,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.146.706,32	3.946.618,76

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS

PATRIMONIAIS NO PERIODO DE 2014 E 2015

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2014

RUBRICAS		NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Liquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO 2014	**6**	15	51.711.786,65	0,00	0,00	3.428.885,37	(490.445,43)	54.650.226,59
ALTERAÇÕES DO PERÍODO								
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial						(1.470,34)		(1.470,34)
	7	15	0,00	0,00	0,00	(1.470,34)	0,00	(1.470,34)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**8**	15					(1.909.826,61)	(1.909.826,61)
RESULTADO EXTENSIVO	**9 = 7 + 8**	15					(1.909.826,61)	(1.911.296,95)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			(490.445,43)				490.445,43	0,00
	10	15	(490.445,43)	0,00	0,00	0,00	490.445,43	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO 2014	**6 + 7 + 8 + 10**	15	51.221.341,22	0,00	0,00	3.427.415,03	(1.909.826,61)	52.738.929,64

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2015

RUBRICAS		NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Liquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO 2015	**6**	15	51.221.341,22	0,00	0,00	3.427.415,03	(1.909.826,61)	52.738.929,64
ALTERAÇÕES DO PERÍODO								
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial						(680,78)		(680,78)
	7	15	0,00	0,00	0,00	(680,78)	0,00	(680,78)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**8**	15					(397.528,41)	(397.528,41)
RESULTADO EXTENSIVO	**9 = 7 + 8**	15					(397.528,41)	(398.209,19)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								0,00
Subsídios, doações e legados								0,00
Outras operações			(1.909.826,61)				1.909.826,61	0,00
	10	15	(1.909.826,61)	0,00	0,00	0,00	1.909.826,61	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO 2015	**6 + 7 + 8 + 10**	15	49.311.514,61	0,00	0,00	3.426.734,25	(397.528,41)	52.340.720,45

ANEXO

1.IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1.Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

1.2.Sede:

Rua do Arsenal, Letra F

1112-803 Lisboa

1.3.NIPC:

500 969 442

1.4.Natureza da atividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública.

De entre as atribuições do Cofre inclui-se: "Criar e desenvolver centros de lazer contemplando componentes culturais e desportivas, de assistência materno-infantil e escolar, residências para estudantes e para seniores, bem como centros de dia e outros equipamentos cujo objetivo vise a integral realização social, económica, de saúde e cultural do sócio".

2.REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1.Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Cofre e de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

-Decreto-Lei nº. 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL);

-Portaria nº. 105/2011, de 14 de março, que aprova os modelos das demonstrações financeiras;

-Portaria 106/2011, de 14 de março, que aprova o Código de Contas Específico para as ESNL;

-Aviso nº. 6726-B/2011 que publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL. (NCRF-ESNL).

O conjunto dos normativos que integram o ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2012. Em 2010 e 2011 o Cofre adotou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009.

2.2.Indicação e justificação de disposições do SNC que, excecionalmente, tenham sido derrogadas e respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derrogações.

3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1.Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com a norma contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL, e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

a) Ativos Fixos Tangíveis

i)Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incursas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

ii) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso, calculados segundo o método da linha recta com base na taxa anual. Os terrenos não são depreciados.

iii) Vidas úteis estimadas

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objeto de avaliação anual.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre a propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e calculadas com base no método da linha recta e taxa anual.

As vidas úteis estimadas, que são anualmente objeto de avaliação, são as seguintes:

Propriedades de investimento	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objeto de depreciação.

c) Ativos Intangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha recta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do ativo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, os mesmos, não estando sujeitos a amortização, são objeto de teste de imparidade se existirem indicadores que o justifique. São mensurados ao custo inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software decorrem de aquisições externas.

ii) Vidas úteis estimadas

Ativos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos pelo Cofre respeitam, exclusivamente, a títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento. São mensurados ao custo de aquisição deduzidas das perdas de imparidade acumuladas.

f) Ativos não correntes detidos para venda

Um ativo não corrente é classificado como detido para venda se a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado. Tal classificação exige que a venda do ativo seja altamente provável, o que no caso do Cofre foi considerado por via da celebração, em 2015, de um contrato promessa de compra e venda, com escritura definida até 30 de abril de 2016.

Os ativos não correntes detidos são mensurados pelo menor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de sócios e outras contas a receber

As dívidas de sócios e outras contas a receber são mensuradas ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo amortizado.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "caixa e seus equivalentes" correspondem a valores imediatamente disponíveis.

h) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já reformados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

i) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objeto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer exfluxo de recursos.

Decorrente dos respetivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo atuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de Juro: 3,00%;

Custo de gestão dos benefícios: 7,46% das quotas anuais.

j) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de Novembro de 1989.

k) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da atividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente das residências seniores, universitárias e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efetivo.

l) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

3.2.Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;

- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;

- As imparidades relacionadas com dividas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;

- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

3.3.Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

3.4.Principais fontes de incerteza

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respetivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

4.FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	3.209,48
Total de caixa		3.209,48
Depósitos à ordem	12	1.048.717,19
Depósitos a prazo	13	3.094.779,65
Total de depósitos bancários		4.146.706,32
Total de caixa e equivalentes		**4.146.706,32**

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à atividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas atividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

5.POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adotadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospetiva. As alterações de estimativa têm efeito, conforme as circunstâncias, no próprio exercício em que se constata a alteração, ou nesse exercício e nos seguintes.

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospetivamente, reexpressando-se a informação do ou dos exercícios anteriores a menos que tal seja impraticável.

6.PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas coletivas.

O pessoal chave da Gestão é remunerado através de senhas de presença em função das reuniões efetuadas conforme nota 17.

7.ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas, conforme explicitado na nota 3.

b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2015									
Quantias brutas	3.978.440,84	24.092.115,72	3.610.977,27	267.942,56	685.247,92	4.817,65	40.654,28	815.003,43	33.495.199,67
Depreciações acumuladas	0,00	4.821.383,34	2.946.968,91	193.012,04	601.082,44	1.785,77	30.999,35	0,00	8.592.679,76
Quantias liquidas	3.978.440,84	19.270.732,38	664.008,36	74.930,52	84.165,48	3.031,88	9.654,93	815.003,43	24.899.967,82
Movimento em 2015									
Ativo fixo									
Aquisições		129.231,72	260.860,92		27.649,04	825,00		250.433,44	669.000,12
Alienações									0,00
Abates		(2.800,00)	(20.012,95)		(60,99)			(67.821,71)	(90.695,65)
Transferências	(250.074,69)	(949.129,06)	11.093,68		(5.530,00)			(82.250,00)	(1.275.890,07)
Total do exercício	(250.074,69)	(822.697,34)	251.941,65	0,00	22.058,05	825,00	0,00	100.361,73	-697.585,60
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		502.487,59	248.502,81	44.492,98	44.556,11	810,05	1.133,68		841.983,22
Alienações									0,00
Abates		(168,00)	(19.738,24)		(60,99)				(1.448,94)
Transferências		(203.903,75)	5.530,00		(5.530,00)				(69,52)
Total do exercício	0,00	298.415,84	234.294,57	44.492,98	38.965,12	810,05	1.133,68	0,00	840.464,76

As transferências indicadas relativamente a terrenos e edifícios respeitam ao imóvel sito na Rua dos Sapateiros nº 58/62 o qual é apresentado como ativo não corrente detido para venda em virtude de em 13 de Novembro de 2015 ter sido celebrado contrato promessa de compra e venda no qual se estabelece que o contrato definitivo deve ser celebrado até 30 de Abril de 2016.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2014									
Quantias brutas	3.978.440,84	23.388.167,21	3.213.259,18	262.319,61	660.227,62	0,00	36.110,73	1.140.386,33	32.678.911,52
Depreciações acumuladas	0,00	4.323.447,53	2.724.800,00	186.191,02	554.950,85	0,00	31.079,83	0,00	7.820.469,23
Quantias liquidas	3.978.440,84	19.064.719,68	488.459,18	76.128,59	105.276,77	0,00	5.030,90	1.140.386,33	24.858.442,29
Movimento em 2014									
Ativo fixo									
Aquisições		276.573,77	310.602,20	60.875,07	24.625,04	486,20	8.875,00	190.027,96	872.065,24
Alienações				(55.252,12)					(55.252,12)
Abates		(15.971,10)	(7.043,91)						(23.015,01)
Transferências		443.345,84	94.159,80	0,00	395,26	4.331,45	(4.331,45)	(515.410,86)	22.490,04
Total do exercício	0,00	703.948,51	397.718,09	5.622,95	25.020,30	4.817,65	4.543,55	(325.382,90)	816.288,15
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		498.425,23	220.793,36	62.073,14	45.984,09	532,25	1.173,04		828.981,11
Alienações				(55.252,12)					(55.252,12)
Abates		(489,42)	(6.621,66)						(1.448,94)
Transferências			7.997,21	0,00	147,50	1.253,52	-1.253,52		(69,52)
Total do exercício	0,00	497.935,81	222.168,91	6.821,02	46.131,59	1.785,77	-80,48	0,00	772.210,53
Saldos em 31-12-2014									
Quantias brutas	3.978.440,84	24.092.115,72	3.610.977,27	267.942,56	685.247,92	4.817,65	40.654,28	815.003,43	33.495.199,67
Depreciações acumuladas	0,00	4.821.383,34	2.946.968,91	193.012,04	601.082,44	1.785,77	30.999,35	0,00	8.592.679,76
Quantias liquidas	3.978.440,84	19.270.732,38	664.008,36	74.930,52	84.165,48	3.031,88	9.654,93	815.003,43	24.899.967,82

A administração promoveu no final de 2013, que se prolongaram por 2014, avaliações do ativo imobiliário do Cofre. Embora tenha sido efetuado o trabalho de avaliação relativamente a todo o ativo imobiliário do Cofre, as avaliações relativas aos imóveis afetos às atividades não foram conclusivas devido ao facto de não terem em conta as atividades ali desenvolvidas.

8.PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O cofre optou por contabilizar as suas propriedades de investimento segundo o modelo do custo, conforme referido na nota 3.

As depreciações são efetuadas pelo método da linha recta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado no exercício de 2015, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2015				
Quantias brutas	1.591.300,12	7.503.269,58	614.367,12	9.708.936,82
Depreciações acumuladas	0,00	3.012.796,15	0,00	3.012.796,15
Quantias liquidas	1.591.300,12	4.490.473,43	614.367,12	6.696.140,67
Movimento em 2015				
Propriedades de investimento				
Aquisições	66.638,05	225.922,91	1.086.245,25	1.378.806,21
Transferências		23.658,27	(23.658,27)	0,00
Total do exercício	66.638,05	249.581,18	1.062.586,98	1.378.806,21
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		155.789,57		155.789,57
Total do exercício	0,00	155.789,57	0,00	155.789,57
Saldos em 31-12-2015				
Quantias brutas	1.657.938,17	7.752.850,76	1.676.954,10	11.087.743,03
Depreciações acumuladas	0,00	3.168.585,72	0,00	3.168.585,72
Quantias liquidas	1.657.938,17	4.584.265,04	1.676.954,10	7.919.157,31

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2014				
Quantias brutas	1.503.703,87	6.977.059,72	52.176,82	8.532.940,41
Depreciações acumuladas	0,00	2.862.730,75	0,00	2.862.730,75
Quantias liquidas	1.503.703,87	9.839.790,47	52.176,82	11.395.671,16
Movimento em 2014				
Propriedades de investimento				
Aquisições	87.596,25	474.033,04	614.367,12	1.175.996,41
Transferências		52.176,82	(52.176,82)	0,00
Total do exercício	87.596,25	526.209,86	562.190,30	1.175.996,41
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		150.065,40		150.065,40
Total do exercício	0,00	150.065,40	0,00	150.065,40
Saldos em 31-12-2014				
Quantias brutas	1.591.300,12	7.503.269,58	614.367,12	9.708.936,82
Depreciações acumuladas	0,00	3.012.796,15	0,00	3.012.796,15
Quantias liquidas	1.591.300,12	4.490.473,43	614.367,12	6.696.140,67

Conforme anteriormente referido, as avaliações efetuadas relativamente às propriedades de investimento, o seu valor global é superior ao valor contabilístico em 5.672.865,40 €, contudo existem frações em que o valor de avaliação é inferior ao valor contabilístico, sendo a diferença de 128.436,08 €. Tendo em conta que a diferença encontrada não se afigura expressiva não foi reconhecida qualquer imparidade.

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas 296.271,82 €

9.ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

b) As amortizações são efetuadas pelo método da linha reta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expetativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2015			
Quantias brutas	581.167,75	0,00	581.167,75
Amortizações acumuladas	570.380,52		570.380,52
Quantias liquidas	10.787,23	0,00	10.787,23
Movimento em 2015			
Activo intangível			
Aquisições	5.147,12		5.147,12
Transferência			0,00
Total do exercício	5.147,12	0,00	5.147,12
Amortizações acumuladas			
Transferência			0,00
Amortizações do exercício	8.878,39		8.878,39
Total do exercício	8.878,39	0,00	8.878,39

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2014			
Quantias brutas	569.318,37	0,00	569.318,37
Amortizações acumuladas	549.244,85		549.244,85
Quantias liquidas	20.073,52	0,00	20.073,52
Movimento em 2014			
Activo intangível			
Aquisições	11.849,38		11.849,38
Transferência			0,00
Total do exercício	11.849,38	0,00	11.849,38
Amortizações acumuladas			
Transferência	46,34		46,34
Amortizações do exercício	21.089,33		21.089,33
Total do exercício	21.135,67	0,00	21.135,67
Saldos em 31-12-2014			
Quantias brutas	581.167,75	0,00	581.167,75
Amortizações acumuladas	570.380,52		570.380,52
Quantias liquidas	10.787,23	0,00	10.787,23

10.RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea k) do ponto 3.

A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Descrição	2015	2014
Prestações de serviços		
Mensalidades de utentes	841.049,98	845.828,10
Mensalidades de residência	102.800,07	81.706,58
Centros de Lazer	668.711,85	646.663,01
Comissões	22.748,48	15.481,27
Total	1.635.310,38	1.589.678,96
Reversões		
Sócios	82.469,92	23.888,34
Investimentos financeiros	12.746,28	86.197,04
Fundos de tesouraria	0,00	896,29
Total	95.216,20	110.981,67
Outros rendimentos e ganhos		
Quotização	3.411.607,20	3.371.202,85
Subsídios prescritos	3.577,42	1.234,02
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	296.271,82	324.298,68
Outros	132.612,95	162.985,74
Total	3.844.069,39	3.859.721,29
Juros		
Depósitos bancários	359,75	1.577,81
Títulos da dívida pública	11.176,62	11.176,62
Empréstimos de financiamento	1.573.218,20	1.550.499,23
Outros investimentos financeiros	37.267,00	72.923,27
Outros juros	106.478,30	63.870,42
Total	1.728.499,87	1.700.047,35
Total	**7.303.095,84**	**7.260.429,27**

11.PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respetivamente, a 123.921.426,94 euros e 124.614.600,25 euros (valores nominais). Todavia, segundo o estudo atuarial efetuado com referência a 31 de Dezembro de 2015 e que toma em consideração os rendimentos esperados dos ativos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 13.473.417,14 euros.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para subsídios por morte	11.950.602,41	1.117.100,63		13.067.703,04
Provisões para rendas vitalícias	313.567,38		71.583,93	241.983,45
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência	141.923,06	21.807,59		163.730,65
Total	12.406.092,85	1.138.908,22	71.583,93	13.473.417,14

O Cofre procedeu, ainda, em 2015, ao reconhecimento da seguinte provisão de 202.950,00 tendo em conta a ação interposta pela sociedade Joaquim Matos Silva, Unipessoal, Lda. e a evolução registada em 2015 e já em 2016:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões processos judiciais em curso	0,00	202.950,00		202.950,00
Total	0,00	202.950,00	0,00	202.950,00

Importa ainda salientar que o Cofre celebrou no decurso de 2015 um contrato promessa para a venda do imóvel sito na Rua dos Sapateiros nº 58/62, com escritura definida para 30 de abril de 2016, tendo recebido a título de sinal 15% do preço (300.000 Euros). Celebrou um outro contrato promessa para a aquisição do imóvel sito na Estrada das Laranjeiras n.º 237-239 B, com escritura definida igualmente para 2016, tendo pago a título de sinal 10% do preço (185.000 Euros).

Tendo em conta a apresentação de providências cautelares com vista à suspensão dos referidos negócios, existe a possibilidade, no caso da sua não concretização, de o Cofre ter de restituir o sinal em dobro e perder o sinal pago referente ao imóvel prometido comprar.

12.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea g) do ponto 3.

Os principais ativos e passivos financeiros são os seguintes:

12.1.Sócios e outras contas a receber

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Associados - Ativo não corrente	25.969.973,65	26.091.814,53
Associados - Ativo corrente	4.470.530,36	4.767.226,56
Clientes	172.196,92	120.076,72
Outras contas a receber	244.644,44	162.078,82
Devedores por acréscimos de rendimentos	21.474,21	29.378,78
Total	30.878.819,58	31.170.575,41

Quadro XVI

As dívidas de associados (corrente e não corrente) são mensuradas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respetivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efetivo.

12.2.Fornecedores e outras contas a pagar

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores	132.483,28	217.394,43
Adiantamentos de Clientes	16.766,88	16.190,39
Associados	683.474,67	632.277,57
Clientes	262.179,90	263.570,62
Outras contas a pagar	446.442,91	277.381,99
Credores por acréscimos de gastos	345.342,90	325.200,59
Total	1.886.690,54	1.732.015,59

Quadro XVII

12.3.Reconhecimento das reversões por imparidade de dívidas a receber

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas a receber				
Sócios c/ seguros de vida	0,00			0,00
Sócios c/ cobrança duvidosa	4.030.973,42		56.163,56	3.974.809,86
Sócios c/ cartão saúde	62.336,49		26.306,36	36.030,13
Total	4.093.309,91	0,00	82.469,92	4.010.839,99

Além da dívida de cobrança duvidosa indicada, existe ainda o capital não vencido de sócios que estão em contencioso, mas que mensalmente é transferido o valor da prestação vencida para cobrança duvidosa:

- Empréstimos de financiamento para habitação (capital não vencido).

Relativa a sócios com prestações vencidas já sujeita a imparidade - 1.914.156,05 €

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade, uma vez que estão garantidas por hipoteca dos imóveis e contratos de Propriedade Resolúvel.

12.4.Financiamentos obtidos

O valor 14.747,26 € corresponde aos contratos de locação financeira.

12.5.Investimentos financeiros

Descrição	Custo aquisição	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2014	Imparidade/reversão no período	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2015
Títulos de dívida pública	363.324,40	286.970,41	12.746,28	299.716,69
Fundo de tesouraria	100.000,00	97.032,48	(199,58)	96.832,90
Total	463.324,40	384.002,89	12.546,70	396.549,59

13.ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
IRC a recuperar (retenção na fonte)	0,00	4.309,72
Total	0,00	4.309,72
Passivo		
Imposto sobre rendimento	25.010,56	25.367,41
Imposto sobre o valor acrescentado	21.215,49	34.232,96
Restantes impostos	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	53.396,11	63.075,97
Total	99.622,16	122.676,34

14.DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Gastos a reconhecer	262.598,36	108.740,48
Total	262.598,36	108.740,48
Passivo		
Rendimento a reconhecer	256.265,32	195.217,94
Total	256.265,32	195.217,94

15.FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento registado no exercício de 2015, na rubrica "fundos patrimoniais", é o que se apresenta no mapa seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos	51.221.341,22		1.909.826,61	49.311.514,61
	51.221.341,22	0,00	1.909.826,61	49.311.514,61
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDO PATRIMONIAIS				
Excedente Revalorização				
Activo fixo tangível				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	391.373,71			391.373,71
	900.125,07	0,00	0,00	900.125,07
Propriedades de investimento				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.384.459,78			1.384.459,78
	2.516.708,56	0,00	0,00	2.516.708,56
	3.416.833,63	0,00	0,00	3.416.833,63
Outras variações	10.581,40	3.325,63	4.006,41	9.900,62
	10.581,40	3.325,63	4.006,41	9.900,62
RESULTADO LÍQUIDO				
Resultado líquido do periodo	(1.909.826,61)	1.909.826,61	397.528,41	(397.528,41)
	(1.909.826,61)	1.909.826,61	397.528,41	(397.528,41)
	52.738.929,64	1.913.152,24	2.311.361,43	52.340.720,45

16.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	2015	2014
Trabalhos Especializados	299.823,30	386.374,14
Conservação e Reparação	244.436,06	131.183,39
Electricidade	157.466,12	158.298,17
Comunicação	154.291,09	167.856,42
Honorários	128.504,63	112.765,05
Limpeza, Higiene e Conforto	114.725,70	94.195,00
Água	55.576,47	57.912,88
Contencioso e Notariado	43.298,12	39.715,34
Seguros	38.040,93	37.053,49
Gás	29.502,59	39.227,89
Material de Escritório	25.144,41	28.154,81
Serviços Bancários	15.523,32	12.991,65
Outros	123.795,84	143.647,66
Total	1.430.128,58	1.409.375,89

17.BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações Órgãos Sociais	22.143,16	28.877,42
Vencimentos e outros	2.201.133,88	2.119.812,76
Encargos sociais e pensões	497.677,91	470.585,82
Total	2.720.954,95	2.619.276,00

A rubrica "encargos sociais" para além da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho e pessoais e pensões.

Relativamente aos empregados existem dívidas ativas referentes a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de Dezembro ascendiam a 492.040,31 euros.

Número de pessoas ao serviço do Cofre:

Descrição	2015	2014
Dirigentes	14	10
Funcionários	126	124
Programa de estágio profissional IEFP	1	2
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IEFP	-	-
Contrato de emprego e inserção IEFP	-	-
Contrato medida estímulo de emprego IEFP	1	2

18.OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	2015	2014
Gastos em propriedades de investimento	55.486,39	54.204,53
Gastos de previdência social	2.191.257,57	2.697.226,80
Outros	70.483,36	387.744,43
Total	2.317.227,32	3.139.175,76

Nos gastos de previdência social incluem-se os reforços da provisão calculada com base em estudo actuarial, conforme divulgados na nota 11 (1.067.324,29 euros em 2015 e 1.618.802,85 euros em 2014).

19. RENDIMENTOS E GASTOS POR ATIVIDADES

DESCRIÇÃO	Residências para séniores/universitárias	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às atividades	Total
RENDIMENTOS						
Vendas e Prestação de serviços	943.850,05	668.711,85			22.748,48	1.635.310,38
Quotização					3.411.607,20	3.411.607,20
Outros rendimentos			296.271,82	1.573.218,20	386.688,24	2.256.178,26
Total	943.850,05	668.711,85	296.271,82	1.573.218,20	3.821.043,92	7.303.095,84
GASTOS						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		21.209,04				21.209,04
Fornecimentos e serviços externos	593.636,26	308.933,35			527.558,97	1.430.128,58
Gastos com o pessoal	917.288,35	358.313,10			1.445.353,50	2.720.954,95
Gastos previdência social					2.191.257,57	2.191.257,57
Gastos de depreciação e amortização	278.077,03	457.879,13	155.789,57		114.905,45	1.006.651,18
Provisões					202.950,00	202.950,00
Gastos de imparidade					199,58	199,58
Outros gastos			55.486,39		71.786,96	127.273,35
Total	1.789.001,64	1.146.334,62	211.275,96	0,00	4.554.012,03	7.700.624,25
RESULTADO 2015	**-845.151,59**	**-477.622,77**	**84.995,86**	**1.573.218,20**	**-732.968,11**	**-397.528,41**
RESULTADO 2014	**-829.841,40**	**-376.993,30**	**120.028,75**	**1.550.499,23**	**-2.373.519,89**	**-1.909.826,61**

Quadro XVIII

20.ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 7 de Abril de 2016.

De referir que não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objeto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

MAPAS COMPLEMENTARES

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO 2015

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2015

CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2015

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2015

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	1.341.000,00	1.260.000,00	1.225.814,08	34.185,92
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	168.000,00	188.000,00	184.290,70	3.709,30
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	5.000,00	5.000,00	733,53	4.266,47
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	2.000,00	3.000,00	2.425,08	574,92
01.01.09	Representação	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.13	Subsídio de refeição	130.000,00	130.000,00	129.329,76	670,24
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	246.500,00	246.500,00	245.746,04	753,96
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.02	Horas extraordinárias	15.000,00	15.000,00	13.278,28	1.721,72
01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.05	Abono para falhas	6.000,00	6.000,00	4.640,37	1.359,63
01.02.06	Formação	10.000,00	10.000,00	811,00	9.189,00
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsídio de turno	52.000,00	52.000,00	47.601,47	4.398,53
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	3.000,00	3.000,00	2.825,85	174,15
01.02.13	Outros suplementos e prémios	272.500,00	272.500,00	263.414,58	9.085,42
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie				
	A- Remunerações de corpos gerentes	32.000,00	32.000,00	23.455,77	8.544,23
	B- Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.500,00	1.500,00	1.465,08	34,92
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	414.500,00	474.500,00	460.457,07	14.042,93
01.03.08	Outras pensões	38.000,00	38.000,00	37.310,00	690,00
01.03.09	Seguros	39.000,00	39.000,00	28.171,56	10.828,44
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	40.000,00	35.000,00	29.780,01	5.219,99
02.01.04	Limpeza e higiene	55.000,00	80.000,00	72.958,29	7.041,71
02.01.06	Alimentação - géneros para confecionar	46.000,00	51.000,00	45.153,79	5.846,21
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	10.000,00	10.000,00	5.769,79	4.230,21
02.01.08	Material de escritório	30.000,00	30.000,00	26.744,48	3.255,52
02.01.11	Material de consumo clínico	5.000,00	7.000,00	6.501,30	498,70
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00	5.000,00	253,00	4.747,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	10.000,00	6.000,00	2.652,23	3.347,77
02.01.18	Livros e documentação técnica	2.000,00	2.000,00	37,27	1.962,73
02.01.21	Outros bens	42.000,00	27.000,00	15.611,73	11.388,27
02.02.01	Encargos das instalações	209.000,00	219.000,00	212.044,63	6.955,37
02.02.02	Limpeza e higiene	42.500,00	47.500,00	42.523,37	4.976,63
02.02.03	Conservação de bens	150.000,00	184.000,00	180.082,25	3.917,75
	A transportar	3.453.500,00	3.510.500,00	3.311.882,36	198.617,64

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2015

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	Transporte	3.453.500,00	3.510.500,00	3.311.882,36	198.617,64
02.02.09	Comunicações	150.000,00	162.000,00	160.426,82	1.573,18
02.02.10	Transportes	3.000,00	3.000,00	2.448,60	551,40
02.02.11	Representações dos serviços	5.000,00	5.000,00	1.159,81	3.840,19
02.02.12	Seguros	50.000,00	55.000,00	48.853,78	6.146,22
02.02.13	Deslocações e estadas	6.000,00	11.000,00	9.461,33	1.538,67
02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	4.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.02.17	Publicidade	5.000,00	5.000,00	3.063,45	1.936,55
02.02.18	Vigilância e segurança	2.000,00	6.000,00	5.566,63	433,37
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	507.500,00	507.500,00	466.828,70	40.671,30
02.02.25	Outros serviços	120.000,00	170.000,00	154.232,74	15.767,26
03.05.02	Outros juros	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	550.000,00	565.000,00	548.901,80	16.098,20
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	250.000,00	500.000,00	459.718,16	40.281,84
04.08.02	C-Rendas Vitalícias	18.000,00	38.000,00	35.316,86	2.683,14
04.08.02	D-Bolsas Sociais	35.000,00	35.000,00	27.850,00	7.150,00
04.08.02	E-Subsídios Sociais	2.000,00	4.000,00	2.400,00	1.600,00
06.01.00	Dotação provisional	10.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	5.000,00	5.000,00	2.935,90	2.064,10
06.02.03	B-Diversos	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
07.01.02	Habitações	250.000,00	250.000,00	42.633,74	207.366,26
07.01.03	Edifícios	4.150.000,00	3.785.000,00	1.655.462,90	2.129.537,10
07.01.04	Construções diversas	5.000,00	5.000,00	469,45	4.530,55
07.01.06	Equipamento de transporte	25.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00
07.01.07	Material de informática	35.000,00	35.000,00	29.962,85	5.037,15
07.01.09	Equipamento administrativo	20.000,00	20.000,00	17.535,39	2.464,61
07.01.10	Equipamento básico	1.500.000,00	1.180.000,00	225.595,71	954.404,29
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	550.000,00	550.000,00	0,00	550.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	2.500.000,00	2.365.000,00	898.791,56	1.466.208,44
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	250.000,00	250.000,00	161.873,50	88.126,50
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	6.500.000,00	6.500.000,00	6.087.394,47	412.605,53
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	150.000,00	280.000,00	272.199,49	7.800,51
09.06.13	E-Emprést. pª construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2ª tranche e seguintes	20.000,00	20.000,00	2.000,00	0,00 18.000,00
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	1.000.000,00	1.165.000,00	1.156.333,29	8.666,71
12.02	Outras operações de Tesouraria	700.000,00	825.000,00	806.381,68	18.618,32
	Total	24.357.000,00	24.357.000,00	16.597.680,97	7.759.319,03

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2015

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2015

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL	IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL
19	1	5.000,00	0,00	95,40	**Transporte**	**29.655**	**102.075.305,98**	**101.042.798,37**	**2.687.847,36**
22	1	4.125,00	0,00	50,52	64	1571	3078266,12	3296274,03	106387,68
23	2	9.125,00	4.125,00	189,96	65	1465	2793763,66	2985182,52	98800,56
24	3	13.250,00	13.750,00	191,88	66	1169	2246692,94	2423267,93	80997,72
25	12	53.875,00	34.850,00	867,12	67	1138	1975776,38	2136115,07	70910,16
26	13	55.275,00	38.642,50	1.042,56	68	985	1607428,86	1761082,83	60090,6
27	10	45.625,00	41.425,00	811,80	69	937	1401002,97	1519841,84	52114,2
28	26	116.750,00	90.075,00	1.857,96	70	878	1192448,4	1295861,3	44535,36
29	42	182.375,00	137.150,00	3.314,64	71	760	1007802,6	1129074,45	38262,36
30	61	264.850,00	252.485,00	4.800,84	72	697	786879,84	859764,14	28412,52
31	74	311.650,00	290.373,50	5.872,68	73	646	721407,59	795346,5	26714,52
32	120	513.100,00	455.888,33	9.704,76	74	617	572469,5	627227,94	20432,76
33	121	512.625,00	482.972,00	9.738,84	75	608	538699,12	594315,5	19231,44
34	147	620.450,00	558.612,08	12.572,40	76	652	485672,94	521816,8	16287,84
35	220	933.079,20	831.422,35	18.198,72	77	612	409665,87	440388,28	13269,36
36	279	1.177.440,27	1.076.334,07	22.863,96	78	612	369243,33	398763,37	12613,8
37	333	1.409.052,70	1.267.055,62	27.603,96	79	628	350973,61	374506,85	10343,64
38	499	2.102.279,97	1.976.457,66	41.466,00	80	627	347303,26	379136,5	11067,24
39	615	2.580.717,29	2.420.613,19	51.775,56	81	577	270593,24	285638,48	7064,76
40	700	2.913.270,80	2.672.167,43	57.179,76	82	564	265384,71	282977,29	7360,92
41	796	3.278.895,36	3.039.802,89	66.710,04	83	594	250557,62	265406,41	5852,16
42	805	3.341.154,23	3.142.334,61	69.053,28	84	515	194192,25	200666,65	3850,44
43	787	3.264.272,24	3.109.092,86	68.762,16	85	473	172916,57	178046,69	3158,28
44	842	3.484.089,61	3.303.928,48	76.260,24	86	379	137493,37	140930,08	2718,12
45	783	3.272.379,15	3.091.436,13	72.953,16	87	374	133902,34	136913,08	2336,76
46	732	3.056.350,88	2.900.767,05	69.920,76	88	290	103016,17	104774,92	1676,64
47	789	3.247.874,72	3.115.348,28	75.943,08	89	253	90210,03	91960,8	1605,36
48	796	3.208.549,72	3.123.132,01	77.039,76	90	252	84793,18	87360,98	1843,8
49	951	3.793.741,25	3.665.232,38	96.185,76	91	214	73203,96	74800,12	1328,04
50	978	3.786.853,14	3.754.733,80	97.581,60	92	168	57190,05	57190,05	879,12
51	1064	4.087.180,91	4.015.654,15	106.880,40	93	123	43997,15	43997,15	1014,48
52	1077	4.065.091,89	4.035.132,90	111.217,68	94	81	28412,09	28412,09	424,92
53	1197	4.234.457,75	4.275.841,97	117.177,12	95	64	19458,18	19458,18	290,52
54	1354	4.629.908,93	4.675.142,07	128.796,84	96	39	12460,02	12460,02	186,6
55	1577	5.160.121,52	5.209.228,79	148.802,52	97	24	7714,44	7714,44	115,08
56	1493	4.650.613,01	4.795.516,65	134.734,44	98	27	7252,55	7252,55	108,12
57	1471	4.518.065,73	4.644.102,88	136.559,76	99	9	2643,64	2643,64	39,48
58	1501	4.345.902,75	4.514.973,88	133.680,36	100	9	2593,76	2593,76	39
59	1345	3.881.595,21	4.069.520,25	125.720,16	101	5	1596,16	1596,16	112,2
60	1470	4.054.796,97	4.293.129,33	132.093,36	102	3	917,79	917,79	13,8
61	1510	3.922.328,95	4.172.700,96	132.297,24	104	1	74,82	74,82	1,08
62	1506	3.670.845,96	3.924.878,90	126.661,80	106	1	49,88	49,88	0,72
63	1552	3.296.320,87	3.526.768,42	112.616,52					
A transportar	**29.655**	**102.075.306**	**101.042.798**	**2.687.847**	**Total**	**49.296**	**123.921.426,94**	**124.614.600,25**	**3.440.339,52**

DE ACORDO COM O **REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**, O CONTEÚDO DA PÁGINA FOI RETIRADO POR CONTER DADOS PESSOAIS.

"O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, que é o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), estabelece as regras relativas ao tratamento, por uma pessoa, uma empresa ou uma organização, de dados pessoais relativos a pessoas na UE.
Para além do reforço da proteção jurídica dos direitos dos titulares dos dados, o RGPD define novas regras e procedimentos do ponto de vista tecnológico."

ROSA, CORREIA & ASSOCIADOS
AUDITORES | CONSULTORES

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2015

Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF INDEPENDENT FIRMS

ROSA, CORREIA & ASSOCIADOS
AUDITORES | CONSULTORES

WWW.RCA.AC

LISBOA
AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5º
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO
AV.ª DA BOAVISTA, 1167, 5º, SALA 53
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T.(+351) 217 520 250
F.(+351) 217 520 259
E.RCA.GERAL@RCA.AC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO (COFRE), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 68.274.413 EUR e um total de fundos patrimoniais de 52.340.720 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 397.528 EUR), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do COFRE, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF INDEPENDENT FIRMS

Reservas

7. De acordo com a Nota 12.3 do Anexo às demonstrações financeiras, existem Sócios com atrasos no pagamento de prestações decorrentes de empréstimos à habitação e outros abonos proporcionados pelo COFRE, as quais têm sido integralmente reconhecidas como perda por imparidade (total de 3.975 milhares de EUR em 31 de dezembro de 2015 e 4.031 milhares de EUR em 31/12/2014). Às referidas prestações vencidas de capital e juros acrescem 1.914 milhares de EUR de capital vincendo. Desconhece-se em que medida as garantias reais existentes, constituídas pelos próprios imóveis, asseguram a realização integral de tais créditos, tendo em conta o atual ambiente económico e financeiro no setor imobiliário e a inexistência de avaliações atualizadas dos respetivos imóveis.

8. Conforme divulgado nas Notas 3.1 a) e 7 do Anexo, os ativos imobiliários do COFRE afetos às atividades sociais e de lazer (ativos fixos tangíveis) encontram-se mensurados ao custo considerado deduzido das correspondentes depreciações, não existindo avaliações que permitam concluir, de forma inequívoca, em que medida possam existir perdas por imparidade não reconhecidas.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do setor não lucrativo.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo acima, chamamos a atenção para os seguintes aspetos:

10.1 As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2014 foram por nós examinadas, tendo sido incluída na certificação legal das contas, emitida em 8 de abril de 2015, uma reserva por limitação de âmbito relacionada com as responsabilidades do COFRE relativas a subsídios por morte e rendas vitalícias, nomeadamente quanto à manutenção da taxa de juro de 3,5%, a qual foi, entretanto, revista no estudo atuarial efetuado em 2015 com os efeitos descritos nas notas 3.1 i) e 11 do Anexo.

10.2 Conforme divulgado na Nota 11 do Anexo, o COFRE celebrou em 2015 os seguintes contratos promessa de compra e venda: i) um, em 13 de novembro, com vista à venda do imóvel sito na Rua dos Sapateiros, em Lisboa, com recebimento de 300 mil EUR a título de sinal, devendo o contrato definitivo ser celebrado até 30 de abril de 2016; e ii) outro, em 20 de novembro, com vista à aquisição de um imóvel sito na Estrada das Laranjeiras, em Lisboa, com pagamento de sinal de 185 mil EUR, devendo o contrato definitivo ser celebrado no prazo de 90 dias, entretanto já objeto de adiamento. Tendo os referidos atos sido objeto de providência cautelar, existe a possibilidade desses negócios não serem concretizados no prazo contratualmente previsto, situação em que o COFRE perderá o sinal pago e deverá restituir em dobro o sinal recebido.

10.3 Nas assembleias gerais extraordinárias de Sócios realizadas em 9 de fevereiro de 2012 e em 14 de fevereiro de 2013, foram aprovadas alterações a diversos artigos dos Estatutos do COFRE, correndo, a esta data, no Tribunal Central Administrativo um pedido de declaração de ilegalidade das mesmas que foi, em tempo, objeto de contestação.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de abril de 2016

RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2015

Nos termos da legislação aplicável e da alínea c) do artigo nº104º dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (CPFAE), o Conselho Fiscal, adiante designado abreviadamente por CF, em reunião de 11 de Abril de 2016, com a presença de todos os seus membros, emitiu o seguinte parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015:

1. O CF acompanhou a situação financeira do CPFAE durante o referido período, quer através da presença do seu Presidente nas reuniões do Conselho de Administração (CA), nos termos da al. c do art.º 104º dos Estatutos, quer pela análise dos documentos de contabilidade e de evolução financeira fornecidos pelos competentes Serviços do COFRE – Departamento de Gestão Financeira e Cobrança (DGFC).

2. Sobre o Relatório, o CF considerou que descreve com objetividade a evolução da atividades do CPFAE, o qual reflete com rigor a sua situação patrimonial e financeira e, ainda, que as demonstrações financeiras anexas ao mesmo estão conformes com o previsto na legislação aplicável e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

3. O CF reconheceu o trabalho efetuado e o esforço desenvolvido na admissão de novos sócios e readmissão de ex-sócios, de acordo, aliás, com o previsto no Plano de Atividades para 2015, esforço de que resultou um aumento de 845 associados, dos quais 824 são novos sócios, resultado que considerou bom, atendendo à situação económica da maioria dos trabalhadores da Administração Pública e, também, à contração do sector público em matéria de novas admissões; e salienta o impacto positivo das medidas gestionárias implementadas pelo CA visando o aumento de associados.

4. O CF manifestou preocupação com o montante despendido durante o exercício para pagamento de reembolsos de vencimentos perdidos por motivo de doença, que atingiu 471.913,98 € (mais 29,2% do que no exercício anterior), montante que foi praticamente o dobro da verba orçamentada (250.000 €); por isso, o CF reitera a recomendação já anteriormente feita, no sentido de ser alterada a regra estatutária sobre este benefício, dado o peso excessivo que começa a ter no âmbito das responsabilidades assumidas pelo COFRE.

5. O CF entende como positiva a orçamentação que tem sido considerada quanto às verbas para "abonos reembolsáveis", considerando que esta vertente constitui uma importante atividade tradicional do COFRE, inserida no seu objetivo social. Por isso, entendeu positivo o facto de o CA ter inscrito no Orçamento para 2015 as verbas possíveis, bem como a forma como têm vindo a ser apreciados pelo CA os respetivos pedidos, facto atestado pelo saldo da referida verba, que foi praticamente esgotada, (6.500.000 €, dos quais foram gastos 6.087.000 €).

6. Já quanto ao financiamento para a aquisição de habitação própria, o CF considerou que o dispêndio de apenas 36% da verba inscrita no Orçamento (2.500.000 €), ficou muito aquém dos pedidos, e sendo que no final do período existiam 357 em espera, entende que importa rever esta situação, nomeadamente pelo impacto que a mesma possa ter ao nível da tesouraria na relação entre o orçamentado e o utilizado, atentos a sua cativação. Assim, sendo, e dado que os financiamentos são uma parte importante do objetivo social do COFRE, o CF recomenda que, de futuro, as verbas orçamentadas para o efeito sejam ponderadas em função da procura histórica e integralmente gastas nos benefícios em causa.

7. O CF tomou conhecimento do normal cumprimento do COFRE face às responsabilidades com o subsídio por morte (124.614.600 € em 2015, equivalendo a um aumento de 0,20% relativamente a 2014), recordando que, a prazo, o gasto com este subsídio terá um crescimento elevado devido ao aumento do mesmo para níveis de 3.000 € até 5.000 €. Por isso, reitera a proposta do Presidente do CF já feita ao CA e aceite por este órgão, no sentido da realização de um estudo visando conhecer o momento a partir do qual começará a efetivar-se o referido crescimento.

8. O CF reconheceu o enorme esforço feito pelo CA no sentido de corrigir deficiências relativas à situação dos Centros de Lazer (Centro de Lazer na Praia do Vau e Unidade de Turismo Rural na Covilhã – Quinta de Santa Iria) anteriormente a 2011, quer no que se refere ao estado de conservação das instalações e à inexistência de equipamentos básicos, quer quanto ao modelo de gestão e às práticas gestionárias, o que permitiu a possibilidade de prestação de melhores serviços aos sócios, de melhor qualidade, bem como a implementação de uma gestão mais rigorosa em termos de custo/beneficio, esforço esse que se traduziu todavia num aumento de gastos com reparações, beneficiações e construção de novas valências em ambos os Centros de Lazer, salientando-se, quanto às valências, as piscinas no Centro de Lazer do Vau, e o Campo multiusos, o Auditório, o Observatório e o Planetário na Quinta de Sta. Iria.

Contudo, da análise que o CF efetuou sobre os reflexos das assinaladas melhorias no funcionamento dos Centros de Lazer verificou ainda não haver uma correlação direta entre os correspondentes gastos e a procura de serviços prestados pelos mesmos, pois a taxa de ocupação média mensal de ambos mantém-se baixa, sobretudo na Quinta de Sta. Iria (33,69% e 32,067%, respetivamente, em 2015 e 2014), ainda que no Vau a situação seja um pouco melhor (44,7% e 46,9%, respetivamente, em 2014 e 2015). Assim sendo, e dado que os Centros de Lazer não se inserem no núcleo central das preocupações sociais do COFRE, sendo importantes quanto ao seu fim não são todavia o fim último do Cofre, o CF recomenda:

Que seja repensada e ponderada pelo CA a efetiva necessidade de, neste momento, se continuar a investir na realização de obras nos Centros de Lazer em causa, com exceção das de conservação, uma vez que se afigura que os investimentos essenciais já foram efetuados, suspendendo-se assim as obras não manifestamente essenciais;

- Que seja ponderada pelo CA a forma de rentabilizar a exploração dos Centros de Lazer por forma a serem atingidas taxas de ocupação que proporcionem a auto-sustentabilidade dos mesmos em termos de proveitos/gastos e, tanto quanto possível, de resultados operacionais que permitam, a prazo, o retorno do capital investido nos últimos anos;

- Que, para efeitos da recomendação anterior, sejam adotadas as medidas que forem necessárias, designadamente, quanto à Quinta, que é o caso mais preocupante, de um novo modelo de gestão que poderá passar, a título de mera sugestão, por um contrato de cedência de exploração ou pela designação de um gestor profissional, reportando diretamente ao CA, com definição de objetivos, competências e retribuições em conformidade com os mesmos, sendo de encarar, ainda, a alteração de preços a praticar, atendendo aos investimentos efetuados, à qualidade dos serviços prestados e aos equipamentos disponibilizados.

9. Ainda sobre os Centros de Lazer, o CF não pode deixar de esclarecer o seu posicionamento quanto ao facto de o COFRE gerir um património visando assumir atividades de carácter essencialmente social (atualmente: financiamentos, residências séniores e residências universitárias), podendo admitir-se ainda as de carácter cultural, pelo que o custo operacional de todas as atividades que não sejam as indicadas, designadamente as de lazer, devem ser no essencial suportadas pelos utilizadores das mesmas, não devendo o COFRE por si só continuar a suportar custos de funcionamento e de financiamento de valências não rentáveis, consumindo excedentes gerados por outras ou recursos próprios do Cofre, podendo contribuir negativamente, em ultima análise, para a sustentabilidade das restantes, as quais são, no essencial, a génese da Instituição.

10. O CA analisou os resultados das Residências Séniores, tendo verificado que continuam negativos e com tendência a ser cada vez maior o excesso dos gastos sobre os proveitos. Embora se admita que, dada a sua natureza eminentemente social, não são estabelecimentos vocacionados para proporcionarem lucros, ainda assim recomenda ao CA que seja dada atenção especial á redução de gastos e, bem assim, que seja encarada a possibilidade de pagamentos diferenciados por parte dos utentes, em função dos respetivos rendimentos, como já em 2015 este CF propôs.

11. Relativamente às Residências Universitárias, o CF registou com agrado o aumento da taxa de ocupação tanto na de Lisboa (73,8% em 2015 contra 68,6% em 2014) como na do Porto (87,8% em 2015 contra 41,14% em 2014), bem como a tendência para a diminuição sensível da diferença entre os gastos e os proveitos, recomendando que continue o esforço de divulgação destas valências junto dos sócios com filhos em idade de ingressarem no ensino superior, tendo em vista o aumento das taxas de ocupação.

12. O CF mantém a preocupação quanto às dívidas em contencioso (de sócios com atrasos no pagamento de prestações derivadas, fundamentalmente, de empréstimos para a aquisição de habitação própria, obras em habitação própria e abonos reembolsáveis), dívidas cujo montante, em 31 de Dezembro de 2015 era 3.975.000 € (a que acrescem 1.914.000 € respeitantes a capital vincendo), tendo diminuído 56.000 € relativamente a 31 de Dezembro de 2014, o que denota um esforço de recuperação não desprezível que o CA deverá impulsionar.

(Ver nº 7 do Relatório do Revisor de Contas (draft enviado ao CA pelo Departamento de Gestão Financeira e Cobrança)

13. O COFRE celebrou, durante o exercício de 2015, dois contratos de promessa de compra e venda, sendo um, em 13 de Novembro, destinado à venda do imóvel situado na Rua dos Sapateiros, tendo recebido, a título de sinal, 300.000 €, estando prevista a celebração da escritura até 30 de Abril próximo; e o outro, em 20 de Novembro, destinado à aquisição de um imóvel na Estrada das Laranjeiras, em Lisboa, tendo entregue, a título de sinal, 185.000 €, devendo a escritura ter sido celebrada em 20 de Março, prazo já adiado. O CF debruçou-se sobre estes negócios no âmbito da análise da proposta do Plano de Atividades e do Orçamento para 2016, tendo reconhecido como adequada a aquisição do edifício das Laranjeiras, em virtude de, por um lado, proporcionar a concentração do pessoal num único edifício com melhores condições, bem como ganhos de produtividade devido à referida concentração; e, por outro lado, pelas garantias que obteve de que os custos do negócio seriam suportados pela alienação dos edifícios da Rua dos Sapateiros e da Rua da Prata em termos vantajosos, dado que o da Rua dos Sapateiros foi vendido por 2.000.000 € e o preço de venda do da Rua da Prata não ser inferior a 2.500.000 €, devendo aquando da venda do edifício da Rua da Prata ser ponderado o custo das obras ali realizadas.

Sucede que os negócios em causa foram objeto de uma providência cautelar, que se desconhece quando será objeto de decisão, pelo que existe a possibilidade de não virem a ser realizados ou, pelo menos, não serem efetivados nas datas previstas de acordo com o adiamento dos prazos iniciais. Nesta perspetiva, o COFRE poderá perder o sinal pago e deverá restituir em dobro o sinal recebido, a menos que, no caso de virem a ser concretizados, o CA negoceie com o comprador e com o vendedor uma solução vantajosa.

(Ver o anexo 10.2 do (Relatório do Revisor de Contas - draft enviado ao CA pelo Departamento de Gestão Financeira e Cobrança.

14. O COFRE, no âmbito das responsabilidades assumidos no domínio de prestações de previdência social, não pode deixar de ter reservas disponíveis no quase imediato (depósitos a prazo), as quais devem constituir uma segurança quanto a essas responsabilidades, pelo que, face à verificada redução dos saldos de depósitos desta natureza, que têm estado a ser consumidos para ocorrer a

despesas de investimentos, o CF recomenda que os mesmos não sejam inferiores ao valor registado no final do exercício de 2015.

15. Relativamente aos gastos operacionais que mais contribuem para os resultados do COFRE, o CF considerou dentro de parâmetros razoáveis o aumento verificado em relação ao exercício anterior dos referentes a Fornecimentos e Serviços Externos, que foi de 1,47%; quanto ao pessoal, em que se verificou um aumento de 3,8%, o CF considerou aceitáveis as razões avançadas no Relatório do CA para este aumento, mas entendeu que a sua contribuição para os gastos globais, da ordem de 35%, é elevada, pelo que recomenda atenção especial a esta área, reconhecendo que as medidas de racionalização já postas em prática na área da gestão dos recursos humanos são um contributo valioso para a diminuição daquele ratio.

16. Finalmente, o CF registou positivamente o facto de o resultado líquido relativo ao exercício ser mais favorável do que o do exercício anterior (-397.528,41 € em 2015 e -1.909.826,61 € em 2014), podendo sê-lo ainda mais, não fora a provisão de 202.500 € que teve de ser inscrita no Orçamento para pagamento de uma indemnização a um antigo colaborador, bem como o reforço da provisão para assegurar responsabilidades com a atividades de previdência social, no valor de 1.067.324,29 €, bem como o facto de os Centros de Lazer continuarem com resultados (após as amortizações) negativos.

17. Em conclusão, o CF é do parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório e Contas relativamente ao exercício de 2015;

- Emita um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma como assumiu a gestão da Instituição em época particularmente difícil devido ao contexto económico, financeiro e social em que os seus membros desenvolveram a sua atividades.

Em 12 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal

Elder Carlos de Sousa Fernandes

Hilário Estêvão Cochicho Modas

José Aleixo Ramalho